



**BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.**

CNPJ: 20.223.016/0001-70

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - (Em Reais)**

Senhores Acionistas, A Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (CBMTE" ou "Sociedade") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, 9º andar - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase operacional. A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (CSGBH" ou "State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão nº 11/2013-ANEEL ("Leilão"). A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar parte da energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adiciona uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ("Projeto"). O Projeto previu a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kVCC, com aproximadamente 2.087 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais, atingindo 4 Estados (Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais). O Projeto entrou em operação comercial em 12 de dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no Contrato de Concessão nº 14/2014-ANEEL, firmado em 16 de junho de 2014. A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038,00. Em 21 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216, estabeleceu em R\$ 790.5183.989,23 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2023 a junho de 2024. A Companhia apresentou um resultado societário de R\$ 415.781.941,41 no exercício de 2023 e uma receita operacional de R\$ 1.039.054.007,16 e com base nesse resultado, a Diretoria aprovou a proposta de destinação do lucro de 2023 no montante de R\$ 98.748.211,03 com a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária. **1. Empreendimento: 1.1. Operação:** Durante 2023, tivemos uma disponibilidade geral englobando as Funções de Transmissão (Conversoras, Linha de Transmissão e Módulo Geral) de 98,35%, sendo a indisponibilidade de 0,96% devido à queda das torres causada por sabotagem na linha e 0,38% relativa à manutenção preventiva anual programada e realizada no período preferencial de manutenção e 0,31% a outros eventos. A Manutenção Preventiva anual é realizada seguindo a Resolução Normativa nº 906/2020, que permite a transmissora executar as manutenções anuais programadas visando promover e ga-

rantir uma maior confiabilidade dos nossos equipamentos bem como a melhor adequação da realização sistêmica das manutenções. O consumo de horas do eletrodo terra foram 35h e 39min de um total de 220 horas/ano, em modo de operação Monopolar por Retorno por Terra em conformidade com os limites estabelecidos na Especificação Técnica do Edital nº 011/2013-ANEEL. Fechamos o ano com a franquia relativa à média móvel anual das Estações Conversoras de 835 de 1.200 minutos para desligamento intempestivos e corretivos. As manutenções corretivas consumiram 72 minutos e os desligamentos intempestivos consumiram 293 minutos do total da nossa franquia. Entretanto, ao longo de 2023, tivemos o retorno de 1.045 minutos consumidos no ano de 2022. A Parcela Variável ("PV") descontada em 2023 foi de R\$ 9.135.202,54, o que representou 1,14% da RAP. Esta PV é composta pelo desligamento para a troca do reator de neutro do Polo 2 na EC Estreito ocorrido em dezembro/2022 (R\$ 9.135.150,02) e em 2023 houve desconto de PV no valor de R\$ 52,52 devido ao atraso na entrega de Filtro AC, decorrente de impedimento das ações programadas devido às condições climáticas (chuva) na localidade, que prejudicaram a programação da execução da manutenção corretiva em março/2023. **2. Meio Ambiente: 2.1. Projetos Sociais:** A BMTE tem buscado desenvolver ações sociais nos municípios interceptados pelo Empreendimento. Os projetos buscam atender duas vertentes: a de impacto pontual e a de transformação regional. **Projetos Estruturantes:** Se nos primeiros anos tivemos especial foco no desenvolvimento de estruturas pontuais, conforme demonstrado em anos anteriores, a partir de 2021 os projetos sociais desenvolvidos tiveram um foco especial na estruturação regional. Estes projetos estruturantes foram idealizados para fomentar as vocações econômicas regionais aumentando a renda das comunidades. A BMTE, em parceria com renomados pesquisadores/instituições, iniciou a implementação de ações como: 1) Elaborar/atualizar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar; 2) Capacitar equipes técnicas das Secretarias de Agricultura municipais em sistemas produtivos sustentáveis e agroindustrialização; 3) Estruturar as Casas Familiares Rurais (CFR) nos municípios de Anapu, Pacajá e Conceição do Araguaia no Pará; 4) Implantar Unidades de Produção para fins pedagógicos para formação dos alunos das CFRs; 5) Implementar unidades de agroindustrialização de produtos das cadeias produtivas existentes nos municípios: - 12 Agroindústrias Polpa de Fruta; - 12 Unidade demonstrativa de Sistemas Agroflorestais SAFs; - 12 Casas de Farinha; - 12 Unidade Demonstrativa de Mandioca. Estes projetos, face a necessidade de contatos com a população local, sejam produtores como administradores regionais, foi muito prejudicada pela pandemia que se prorrogou pelo ano 2021, entretanto o desenvolvimento dos trabalhos não foi interrompido, uma revisão do seu escopo foi proposta e aprovada pelo BNDES, e a posição em dezembro/2023 pode ser vista na tabela abaixo:

Projetos Suportados pelo Subcrédito do Bndes	Participes dos Termos	Valor Projeto no BNDES	Budget Revisado	Parcelas Liberadas Bndes	Valores Aplicado Até Dezembro/23	Previsão de Realização Acumulada até dezembro/2023	Prazo	Observação
<b>Total Projetos Pontuais</b>		<b>5.746.180,79</b>	<b>5.688.405,72</b>	<b>5.666.889,35</b>	<b>5.674.555,63</b>			
<b>Total projetos Estruturantes Etapa 1</b>			<b>3.442.274,00</b>	<b>3.138.924,26</b>	<b>3.043.191,25</b>	<b>2.974.276,70</b>		
ETAPA 2	IPAM, FBDS e PM Anapu IPAM, FBDS e PM Pacajá IPAM, FBDS e PM Novo Repartimento IPAM, FBDS e PM Itupiranga IPAM, FBDS e PM Marabá IPAM, FBDS e PM Parauapebas IPAM, FBDS e PM Curionópolis IPAM, FBDS e PM Sapucaia IPAM, FBDS e PM Floresta do Araguaia IPAM, FBDS e PM Xinguara IPAM, FBDS e PM Rio Maria IPAM, FBDS e PM Conceição do Araguaia IPAM, FBDS e CFR Anapu IPAM, FBDS e CFR Pacajá <b>IPAM, FBDS e CFR Conceição do Araguaia</b>						fevereiro/2024	FBDS/IPAM apresentou plano de trabalho para conclusão dos trabalhos até outubro/2023. Planejamento Financeiro mantido, 9 Agroindústrias de Polpa de Frutas e 9 Agroindústrias de Farinha, reduzindo para 18 Unidades acordados com o BNDES. <b>Definição dos parceiros que se juntaram ao IPAM/FBDS ao BMTÉ foi concluído.</b> <b>Todos os Termos de Cooperação para formalizar o repasse das benfeitorias concluídos.</b> <b>Todos os Formulários para Pedidos de Aquisição das obras da Agroindústrias autorizados.</b> <b>Todos os PRD para contratação dos das agroindústrias aprovadas.</b> <b>Todos os contratos assinados.</b> <b>Obras em andamento.</b> <b>Todos os Formulários para Pedidos de Aquisição dos Equipamentos das Agroindústrias aprovados.</b> <b>Agroindústrias Concluídas: 14</b>
<b>Total Projetos Estruturantes Etapa 2</b>		<b>3.507.890,54</b>	<b>3.811.240,56</b>	<b>1.815.000,00</b>	<b>3.284.271,44</b>	<b>263.434,56</b>		
<b>Total Projetos Estruturantes</b>		<b>6.950.164,84</b>	<b>6.950.164,00</b>	<b>4.858.191,25</b>	<b>6.258.648,14</b>	-		
<b>Total Aprovado BNDES</b>		<b>12.696.345,63</b>	<b>12.638.570,54</b>	<b>10.525.080,60</b>	<b>11.933.203,77</b>	-		<b>94,42%</b>
<b>Aguardando Aprovação BNDES</b>		-	-	-	-	-		
<b>Aguardando Deliberação</b>		<b>28.654,37</b>	<b>86.429,46</b>	-	-	-		
<b>Total Subcrédito D BNDES</b>		<b>12.725.000,00</b>	<b>12.725.000,00</b>	-	-	-		

**2.2. Incentivo Fiscal:** De forma a ampliar as ações sociais da companhia, foi criado internamente um Comitê de Incentivo Fiscal envolvendo os setores de meio ambiente, contábil e administrativo. Por meio de avaliações criteriosas de uma significativa quantidade de projetos aptos a receberem os recursos, o grupo de trabalho avalia conflitos de uso, de imagem, de escopo e ações desenvolvidas pelos projetos a serem contemplados garantindo assim a correta aplicação do recurso em projetos com viés social relevante e sempre que possível um bom retorno de imagem para a BMTE. Neste contexto, ampliamos as ações no ano de 2023 com a implementação de 08 projetos:

Base da Lei	Projetos	Limite Máximo	Valor R\$	Nome do Projeto	Valor Patrocinado R\$
Rouanet	Novo	4%	281.446,03	Escola de Música da Maré - RJ	100.000,00
	Novo			Dellarte - RJ	80.000,00
	Novo			Projeto Douradinho - Nacional	70.000,00
Esporte	Existente	1%	70.361,51	Projeto de Balé - MG	30.000,00
	Novo			Craque do Amanhã - RJ	50.000,00
	Novo			Jogar e Educar - TO	20.000,00
FIA	Novo	1%	70.361,51	Musicalização para Escolas Municipais de Baliza - GO	50.000,00
	Existente			Hospital de amor	20.000,00
	Novo			Hospital de amor	70.000,00
Fundo do Idoso	Novo	1	70.361,51	Hospital de amor	70.000,00
<b>Total</b>		<b>7%</b>	<b>492.530,56</b>	<b>Total Patrocinado via Incentivo</b>	

**2.3. Educação Ambiental:** O ano de 2023 marca a retomada presencial das atividades do Programa de Educação Ambiental. Ao todo foram realizadas 85 visitas técnicas envolvendo lideranças e multiplicadores regionais. Ainda em 2023, o Programa realizou 27 oficinas que tiveram grande engajamento das comunidades de áreas interceptadas pelo empreendimento. Para aprofundamento das discussões acerca do contexto socioambiental local, o Programa incentiva o engajamento e participação comunitária na gestão ambiental pública, a partir do processo de ensino-aprendizagem desenhado para as Oficinas Educativas, conforme estabelecido pelas diretrizes técnicas da Educação Ambiental na legislação ambiental federal. **2.4. Reposição Florestal:** Compromisso Ambiental: A BMTE está implementando 923,49 hectares de florestas nativas.

UF	Órgão Gestor	UC/Local	Sigla	Município	Qtde (ha)	Empreda	Situação Atual
PA	IDEFLOR	UC Serra dos Martírios	PESAM	São Geraldo do Araguaia	110	Mattos Agronegocio	Projeto em andamento - finaliza em 2024
PA	SEMMA	UC Varedas dos Carajás	PNMVC	Canaã dos Carajás	330	Mamoré	Contrato sendo finalizado - Termo de quitação emitido pela SEMMA
PA	SEMMA	Áreas Internas Município Canaã	Canaã	Canaã dos Carajás	109	Mattos Agronegocio	Contrato sendo finalizado. Termo de quitação emitido pela SEMMA
PA	SEMMA	Parauapebas	Parauapebas	Parauapebas	79	STCP	Contrato sendo finalizado. Termo de quitação emitido pela SEMMA
PA	BMTE	Anexo a EC Xingu	BMTE	Anapu	16	STCP	Contrato finalizado (Incêndio - projeto inserido no PESAM) - Área recuperada. Resultado final sendo apresentado ao término dos demais contratos do Pará.
TO	NATURATINS	UC Lajeado	PEL	Palmas	133	STCP	Contrato finalizado. Termo de quitação emitida pela Naturatins.
GO	SECIMA	PE João Leite	PEJol	Goiânia	90	Mamoré	Projeto em andamento - finalizado em 2024
MG	IEF	PE Paracatu	PEP	Paracatu	43	Embauba	Aguardando termo de quitação de do órgão ambiental local - Requerimento protocolado no IEF
SP	BMTE	Área do Eletrodo	BMTE	Antinópolis	10,49	Mamoré/ Matos	Projeto sendo aprimorado

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
BTG Pactual	104,75% CDI	29/02/2024	R\$ 9.362.375	-
BTG Pactual	104,5% CDI	22/03/2024	R\$ 10.322.223	-
BTG Pactual	104% CDI	29/05/2024	R\$ 12.142.857	-
BTG Pactual	104% CDI	31/05/2024	R\$ 9.566.366	-
BTG Pactual	103,5% CDI	21/03/2024	R\$ 5.009.060	-
BTG Pactual	104,75% CDI	02/01/2024	R\$ 6.926.158	-
BTG Pactual	104,25% CDI	23/03/2023	-	R\$ 10.143.944
BTG Pactual	103,5% CDI	29/05/2023	-	R\$ 10.978.192
BTG Pactual	104,25% CDI	23/01/2023	-	R\$ 10.371.986
BTG Pactual	105,1% CDI	03/01/2023	-	R\$ 5.229.226
Bank of China	103% CDI	18/04/2023	-	R\$ 5.802.035
Banco do Paraná	110% CDI	04/05/2023	-	R\$ 3.899.240
Banco do Paraná	111% CDI	18/05/2023	-	R\$ 4.126.564
Banco do Paraná	104,5% CDI	24/04/2025	-	R\$ 4.314.518
Banco do Paraná	108% CDI	16/06/2025	-	R\$ 8.105.250
Banco do Paraná	108,5% CDI	24/01/2024	-	R\$ 11.695.607
Banco do Paraná	107,5% CDI	18/09/2025	-	R\$ 6.186.384
Banco do Paraná	105% CDI	02/07/2024	-	R\$ 5.325.825
Banco Safra	102,95% CDI	10/04/2023	-	R\$ 10.291.672
Banco BMG	107% CDI	28/07/2025	-	R\$ 6.348.663
Banco BMG	107% CDI	17/01/2025	-	R\$ 11.328.085
Banco BMG	107% CDI	27/01/2025	-	R\$ 11.842.904
Banco BMG	107% CDI	28/07/2025	-	-
Banco Haitong	106% CDI	04/06/2024	-	R\$ 8.866.401

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)			
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	289.070.273	241.980.080
Concessionárias e permissionárias	10	93.532.354	78.357.308
Impostos a recuperar	9	4.416.418	9.895.511
Ativo contratual	11	824.864.565	781.639.880
Despesas antecipadas		1.866.507	156.517
Almoxarifado		8.204.028	7.321.675
Outras		9.135.701	17.149.473
Total do ativo circulante		1.231.089.845	1.136.500.444
Ativo contratual	11	7.763.115.608	7.513.877.207
Depósitos vinculados	8	161.539.570	153.780.718
Depósitos judiciais		9.791.714	9.747.660
Imobilizado		8.918.171	5.563.579
Intangível		721.549	978.949
Total do ativo não circulante		7.944.086.612	7.683.948.113
<b>Total do ativo</b>		<b>9.175.176.456</b>	<b>8.820.448.557</b>

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Banco Haitong	107% CDI	19/06/2023	-	R\$ 5.047.899
Banco Haitong	104% CDI	18/06/2025	R\$ 5.559.307	-
Banco Haitong	107% CDI	08/09/2023	-	R\$ 8.116.234
Banco Haitong	105% CDI	20/09/2024	R\$ 13.434.502	-
Banco Haitong	104,5% CDI	29/12/2023	-	R\$ 1.220.900
Banco Haitong	104% CDI	08/04/2024	-	R\$ 4.437.839
Banco Haitong	105% CDI	29/07/2024	R\$ 12.168.490	R\$ 11.962.251
Banco Haitong	106% CDI	30/09/2024	R\$ 6.163.748	R\$ 7.753.703
China Construction Bank	105% CDI	08/07/2024	R\$ 9.354.941	R\$ 8.224.663
China Construction Bank	103,5% CDI	30/09/2024	R\$ 7.041.317	R\$ 6.201.971
China Construction Bank	105% CDI	30/10/2024	-	R\$ 10.226.441
Banco Daycoval	104% CDI	17/07/2024	R\$ 832.933	-
Banco Daycoval	103% CDI	30/07/2025	R\$ 4.844.077	-
Banco Daycoval	103% CDI	28/06/2024	R\$ 9.004.055	-
Banco Daycoval	104% CDI	17/07/2024	-	R\$ 4.580.747
Banco Daycoval	105% CDI	08/02/2023	-	R\$ 13.682.669
Banco Daycoval	104% CDI	26/01/2023	R\$ 12.862.320	-
Banco Daycoval	101% CDI	21/10/2024	-	R\$ 1.249.411
XP	106% CDI	18/12/2023	-	R\$ 9.027.737
XP	105,3% CDI	22/01/2024	R\$ 8.442.617	-
XP	105,5% CDI	29/01/2024	R\$ 9.477.615	-
XP	103% CDI	20/03/2024	R\$ 10.543.718	-
XP	106% CDI	28/05/2025	R\$ 13.129.875	-
XP	103,5% CDI	26/06/2024	R\$ 6.836.093	-
XP	107,5% CDI	21/10/2024	R\$ 5.116.179	-
Banco da Amazônia	100% Selic	-	R\$ 5.314.312	R\$ 4.235.079
CEF 93	13,01%	Fundo	R\$ 32.894.174	R\$ 32.650.090
CEF 94	13,01%	Fundo	R\$ 58.966.064	R\$ 58.528.616
CEF 96	13,01%	Fundo	R\$ 1.479.408	-
CEF 114	13,01%	Fundo	R\$ 9.187.334	R\$ 8.374.591
CEF 115	13,01%	Fundo	R\$ 55.177.686	R\$ 49.992.343
Itaú	20% CDI	Vinculada	R\$ 162.602	R\$ 162.795
			<b>R\$ 407.187.896,37</b>	<b>R\$ 330.934.917,20</b>

**3.2. Endividamentos:** O quadro abaixo demonstra a posição de empréstimos bancários contratados pela sociedade:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	Libe- razão	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	31/12/2023	Custos
BNDES (a)	1.522.854.125	-	(105.831.987)	(127.337.586)	141.798.317	-	1.431.482.869
CEF (b)	814.044.276	-	(53.650.978)	(76.416.036)	84.114.418	-	768.091.680
(-) custos a amortizar	(34.715.698)	-	-	-	-	3.604.901	(31.110.796)
	<b>2.302.182.704</b>	-	<b>(159.482.965)</b>	<b>(203.753.622)</b>	<b>225.912.735</b>	<b>3.604.901</b>	<b>2.168.463.753</b>
						<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
Circulante						362.121.119	364.387.435
Não circulante						1.940.061.585	1.804.076.316
<b>Total</b>						<b>2.302.182.704</b>	<b>2.168.463.752</b>

**Debêntures:** Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 2ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,1335% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

**Operação:**

Debêntures 476	Valor Inicial	Saldo Devedor em 31/12/2023
	R\$ 580.000.000,00	R\$ 689.697.560

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e CEF, o instrumento da 2ª emissão de debenture também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF. Os acionistas são fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51,0%
Eletrobr	



# BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

CNPJ: 20.223.016/0001-70

Demonstrações do Resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - (Em reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	1.039.054.007	954.984.920
Custo de operação	20	(133.871.376)	(127.543.579)
<b>Lucro bruto</b>		<b>905.182.631</b>	<b>827.441.341</b>
Despesas gerais e administrativas	21	(21.270.531)	(18.031.919)
<b>Resultado operacional</b>		<b>883.912.101</b>	<b>809.409.422</b>
Receitas financeiras		48.024.516	40.058.388
Despesas financeiras		(317.484.456)	(333.521.162)
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b>(269.459.939)</b>	<b>(293.462.774)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>614.452.162</b>	<b>515.946.647</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(38.939.351)	(9.166.142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(159.730.870)	(146.758.254)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>415.781.941</b>	<b>360.022.251</b>

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - (Em reais)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	415.781.941	360.022.251	
Outros resultados abrangentes			
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>415.781.941</b>	<b>360.022.251</b>	

Demonstração do Fluxo de Caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - (Em reais)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	415.781.941	360.022.251	
Lucro líquido do exercício			
<b>Ajustes por:</b>			
Depreciação e amortização	1.395.228	1.481.624	
Remuneração sobre o ativo contratual	(1.079.055.852)	(981.596.344)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.227.490	4.595.782	
Baixa de estoque	-	14.868.936	
Baixa de imobilizado	-	126.607	
Juros BNDES/CEF e debêntures e amortização dos custos	316.716.521	331.481.391	
Provisão para contingências	3.193.429	61.002	
Provisão para IR e CS	38.939.351	21.983.282	
Impostos diferidos	187.471.808	171.749.920	
Outros	(6.484.561)	1.537.890	

Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Impostos a recuperar	5.479.093	(5.789.030)	
Adiantamentos	9.567.055	-	
Outros ativos	(1.553.283)	(10.041.896)	
Despesas antecipadas	(1.709.990)	2.059.198	
Concessionárias e permissionárias	(19.402.536)	(12.606.589)	
Ativo contratual	786.592.766	712.111.390	
Almoxarifado	(882.352)	(2.539.225)	
Depósitos judiciais	(44.054)	5.644	
Fornecedores	(2.135.576)	6.337.545	
Salários e encargos	(1.271.860)	2.699.176	
Obrigações fiscais	416.749	793.435	
Encargos setoriais	2.803.652	3.500.183	
Impostos diferido	-	694.082	

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	660.045.019	623.536.256	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.066.925)	(21.917.180)	
Pagamento juros debêntures	(51.535.612)	(52.212.173)	
Pagamento juros empréstimos	(203.753.622)	(214.148.505)	

Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	382.688.860	335.258.398	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(4.492.420)	(1.576.533)	

Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento			
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(4.492.420)	(1.576.533)	

Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.815.000	
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(159.482.965)	(144.402.798)	
Pagamento de principal de debêntures	(48.359.146)	(33.903.333)	
Pagamento de dividendos	(115.505.285)	(127.477.506)	
Depósitos vinculados	(7.758.851)	(16.672.539)	

Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento			
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(331.106.247)	(320.641.179)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	47.090.193	13.040.687	
No início do exercício	241.980.080	228.939.393	
No fim do exercício	289.070.273	241.980.080	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>47.090.193</b>	<b>13.040.687</b>	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em reais)			

**1. Contexto operacional:** A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade" ou "BMTE") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 011/2013 ("Leilão"). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **1.1. Da concessão:** A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") ("Projeto"). O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão ("UAT") de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais. A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação ("SE") de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial. A Resolução Autorizativa nº 6.006 de 23 de agosto de 2016 que transferiu a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebido pela Sociedade, o mandato de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, o qual requeria a suspensão da Resolução Autorizativa nº 6.006, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juiz aguardava ouvir ao Ministério Público federal ("MPF"). Em 20 setembro de 2016 o juiz decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, até a apresentação dessas demonstrações financeiras a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017. A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216, estabeleceu em R\$ 790.518.989,23 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2023 a junho de 2024. Despacho ANEEL 4.036, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu a implantação de um transformador 500/13,8kV, dedicada à alimentação dos serviços auxiliares da EC Estreito como Reforço. Determinou-se o início da operação comercial 18 meses a partir do Ofício Circular 009/2021-SCT/ANEEL, de 24 de dezembro de 2021, o qual notifica a publicação do Despacho ANEEL supracitado no DOU. Confirmado que o orçamento do Banco de Preços da ANEEL cobre o valor Global do Investimento correspondente, todos os contratos foram assinados com os fornecedores de bens e serviços em abril/maio/22. O projeto entrou em operação em 2023. A previsão de receita é para o ciclo da RAP 2023/2024. O transformador em questão é classificado, de acordo com a regulação da transmissão, como um Reforço de Pequeno Porte sem Receita Previamente estabelecida. Sendo assim sua RAP só é estabelecida no primeiro reajuste de RAP subsequente a data de entrada em operação comercial. Tal reforço terá sua receita apenas na composição de RAP da BMTE para o próximo ciclo 2023-2024. O custo de concessão no exercício de 2023 para o empreendimento foi de R\$36.144.043 que foi atrelado a uma receita de construção. **1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI):** A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 25 de julho de 2022. **1.3. Sudam:** O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-reativos devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. **1.4. Questões ambientais:** A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento. **1.5. Riscos climáticos:** Em se tratando de riscos climáticos, podemos citar eventos naturais extremos, como ventos muito intensos, tempestades, descargas atmosféricas, fortes ondas de calor e queimadas são fatores que aumentam o risco da interrupção da transmissão de eletricidade. Perturbações causadas por esses eventos em linhas de transmissão podem resultar em desligamentos não programados e interromper o fornecimento de energia, causando prejuízos ao agente transmissor (Parcela Variável - PV), ao operador nacional do sistema elétrico (ONS)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - (Em reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>57.210.496</b>	<b>798.964.256</b>	-	<b>3.867.174.752</b>
Reserva Sudam	-	1.794.213	-	1.794.213	-
Reserva Legal	-	18.001.113	-	(18.001.113)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(85.505.285)	(85.505.285)
Dividendos adicionais pagos	-	(50.000.000)	-	-	(50.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	360.022.251	360.022.251
Dividendos adicionais propostos	-	-	256.515.854	(256.515.854)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>75.211.609</b>	<b>1.007.274.323</b>	-	<b>4.093.485.932</b>
Reserva Sudam	-	-	10.387.866	-	10.387.866
Reserva Legal	-	20.789.097	-	(20.789.097)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(98.748.211)	(98.748.211)
Dividendos adicionais pagos	-	-	(30.000.000)	(30.000.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	415.781.941	415.781.941
Dividendos adicionais propostos	-	-	296.244.633	(296.244.633)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>96.000.706</b>	<b>1.283.906.822</b>	-	<b>4.390.907.528</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e a toda a cadeia de geradores e consumidores de energia elétrica, com impactos negativos na economia. Desligamentos por descargas elétricas: São comuns, normais e esperados, não gerando em sua grande maioria prejuízos financeiros à BMTE. Desligamentos por queda de Torres em decorrência desses eventos extremos: Embora sejam mais complexos a sociedade possui planos de recomposição, assim como treinamento das equipes para o reestabelecimento rápido da linha, inclusive foram adquiridas torres de emergência para o mais rápido reestabelecimento da linha mitigando os riscos de PV ocasionada por este tipo de evento. Queimadas: O projeto da linha de transmissão já contemplou este tipo de risco pelo "alçamento das torres" dado que a nossa Licença de Operação não permite o corte raso da vegetação sob a linha. **2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante. **2.2. Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo de contrato:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo de contrato:** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **Provisão para contingências:** As contingências e provisões de natureza judiciais são constantemente avaliadas e revistas de forma a analisar eventos, parâmetros, mensurar riscos e quantificar adequadamente seus valores. A complexidade da legislação Brasileira, além da volumosa judicialização processual, com consequentes decisões judiciais, enunciados, súmulas, obriga a uma permanente acompanhamento de riscos e processos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5. Principais políticas contábeis:** A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **5.1. Caixa e equivalente de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento entre três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo monetário, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **5.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessárias pela Administração. **5.4. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimam dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídas na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **5.5. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. **5.6. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Não há indicativos de impairment e desta forma, não houve registro de impairment. **5.7. Provisão para contingências:** A companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.8. Ativo contratual:** De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de in-

denização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 continuarão sendo elaboradas considerando os conceitos trazidos pelo referido Ofício-Circular. **5.10. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Não há indicativo de impairment. **5.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. **5.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **5.11.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos. **5.12. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante. **5.13. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.14. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa



**BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.**

CNPJ: 20.223.016/0001-70

**10. Concessionárias e permissionárias:** Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

A vencer	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	73.312.413	70.876.926
Acima de 3 meses	20.219.941	7.480.382
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.553.003	5.325.512
<b>Total</b>	<b>(9.553.003)</b>	<b>(5.325.512)</b>
	<b>93.532.354</b>	<b>78.357.308</b>

<b>11. Ativo contratual:</b>					
Ativo de contrato	31/12/2021	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos
	8.026.032.133	81.201.692	981.596.344	-	(793.313.082)
Circulante					31/12/2021
Não circulante					740.680.261
					7.285.351.872
					<b>8.026.032.133</b>

Ativo de contrato	31/12/2022	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos
	8.295.517.087	78.928.401	1.042.911.809	36.144.043	(865.521.167)
Circulante					31/12/2022
Não Circulante					781.639.880
					7.513.877.207
					<b>8.295.517.087</b>

**12. Impostos a recolher:**

IRPJ	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição social	-	375.714
PIS	154.149	405.224
COFINS	1.235.630	1.100.905
INSS retido a recolher	5.732.102	5.109.682
ISS	226.575	132.240
Outros	350.777	145.695
<b>Total</b>	<b>7.775.386</b>	<b>7.358.637</b>

**13. Empréstimos e financiamentos:**

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	31/12/2021	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos
BNDES (a)	1.605.543.384	1.815.000	(96.034.429)	(134.103.495)	145.633.664	-
CEF (b)	856.261.170	-	(48.368.367)	(80.045.011)	86.196.483	-
(-) custos a amortizar	(38.320.598)	-	-	-	-	3.604.901
<b>Total</b>	<b>2.423.483.955</b>	<b>1.815.000</b>	<b>(144.402.796)</b>	<b>(214.148.505)</b>	<b>231.830.148</b>	<b>3.604.901</b>

Circulante	31/12/2022	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos
BNDES (a)	1.522.854.125	-	(105.831.987)	(127.337.586)	141.798.317	-
CEF (b)	814.044.276	-	(53.650.978)	(76.416.036)	84.114.418	-
(-) custos a amortizar	(34.715.698)	-	-	-	-	3.604.901
<b>Total</b>	<b>2.302.182.704</b>	<b>-</b>	<b>(159.482.965)</b>	<b>(203.753.622)</b>	<b>225.912.735</b>	<b>2.302.182.704</b>

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Liquidado
BNDES - Sub "A" (a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	6.517.290	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). (b) O contrato de empréstimo com a CAIXA exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas); Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se: • Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%. • Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

**14. Debêntures:**

<b>Debêntures</b>	31/12/2021	Amortização do Principal	Amortização dos Juros	Juros	Custos
2ª Emissão	716.883.868	(33.903.338)	(52.212.173)	93.594.813	-
(-) custos a amortizar	(24.421.266)	-	-	-	2.451.530
<b>Total</b>	<b>692.462.601</b>	<b>(33.903.338)</b>	<b>(52.212.173)</b>	<b>93.594.813</b>	<b>2.451.530</b>

Circulante	31/12/2022	Amortização do Principal	Amortização dos Juros	Juros	Custos
2ª Emissão	724.363.170	(48.359.146)	(51.535.612)	84.747.355	-
(-) custos a amortizar	(21.969.737)	-	-	-	2.451.530
<b>Total</b>	<b>702.393.434</b>	<b>(48.359.146)</b>	<b>(51.535.612)</b>	<b>84.747.355</b>	<b>2.451.530</b>

Circulante	31/12/2022	Amortização do Principal	Amortização dos Juros	Juros	Custos
2ª Emissão	724.363.170	(48.359.146)	(51.535.612)	84.747.355	-
(-) custos a amortizar	(21.969.737)	-	-	-	2.451.530
<b>Total</b>	<b>702.393.434</b>	<b>(48.359.146)</b>	<b>(51.535.612)</b>	<b>84.747.355</b>	<b>2.451.530</b>

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fiduciária sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031. Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13. Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
Elettronorte	24,5%
Furnas	24,5%

**15. Provisões para contingências e depósitos judiciais:** A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 10.893.864 (R\$ 7.681.546 em 31 de dezembro de 2022) referente a servidões administrativas e de R\$ 698.463 (R\$ 717.352 em 31 de dezembro de 2022) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

<b>Natureza</b>	31/12/2023	31/12/2022
Administrativo (a)	253.366.185	240.682.773
Ambiental	6.653.804	4.898.322
Minerária	14.704	13.917
Cível (b)	21.624.837	14.571.119
Trabalhista	161.123	207.770
Regulatório	8.386.812	-
Tributário	13.867.001	12.638.129

(a) O processo administrativo que trata do cancelamento das TLDs da Sociedade na ANEEL permanece sem movimentação na ANEEL, aguardando emissão de Nota Técnica complementar, após apresentação das justificativas e provas documentais em defesa da BMTE. (b) Os processos cíveis com risco possíveis tratam, na sua maioria, de demandas fundiárias por divergência de valores de indenização e encerramento dos processos no exercício de 2023.

**16. Partes relacionadas:**

<b>Ativo</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Contas a receber	1.633.996	1.803.623	-	3.437.619
<b>Total</b>	<b>1.633.996</b>	<b>1.803.623</b>	<b>-</b>	<b>3.437.619</b>
<b>Passivo</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Dividendos a pagar	24.193.312	24.193.312	50.361.588	98.748.211
<b>Total</b>	<b>24.193.312</b>	<b>24.193.312</b>	<b>50.361.588</b>	<b>98.748.211</b>

<b>(+) Receitas</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Receita de prestação de serviço	19.212.284	21.798.776	-	41.011.060
<b>Total</b>	<b>19.212.284</b>	<b>21.798.776</b>	<b>-</b>	<b>41.011.060</b>

<b>(-) Despesas</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Despesa de aluguel	-	-	1.188.742	1.188.742
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.188.742</b>	<b>1,188.742</b>

<b>Ativo</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Contas a receber	1.593.692	1.831.289	-	3.424.980
<b>Total</b>	<b>1.593.692</b>	<b>1.831.289</b>	<b>-</b>	<b>3,424.980</b>
<b>Passivo</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Dividendos a pagar	20.948.795	20.948.795	43.607.695	85.505.285
<b>Total</b>	<b>20.948.795</b>	<b>20.948.795</b>	<b>43.607.695</b>	<b>85.505.285</b>

<b>(+) Receitas</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Receita de prestação de serviço	18.584.331	21.409.099	-	39.993.430
<b>Total</b>	<b>18.584.331</b>	<b>21.409.099</b>	<b>-</b>	<b>39,993.430</b>

<b>(-) Despesas</b>	<b>Furnas</b>	<b>Elettronorte</b>	<b>State Grid</b>	<b>Total</b>
Despesa de aluguel	-	-	1.121.895	1.121.895
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.121.895</b>	<b>1,121.895</b>

**17. Impostos diferidos:**

PIS e COFINS	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	743.491.906	715.008.205
<b>Total</b>	<b>1.029.984.924</b>	<b>870.996.818</b>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

State Grid	51,0%
Elettronorte	24,5%
Furnas	24,5%

**19. Receita operacional líquida:**

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira contratual	1.042.911.809	981.596.344
Receita de construção *	36.144.043	-
Receita de operação e manutenção	78.928.401	81.201.692
Tributos sobre receita	(107.733.755)	(98.136.618)
Encargos setoriais	(12.164.540)	(10.866.880)
Receita de CCI	968.048	1.190.383
<b>Total</b>	<b>1.039.054.007</b>	<b>954.984.920</b>

**20. Custo de operação:**

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção (a)	(49.462.561)	(52.127.458)
Pessoal	(39.363.905)	(38.574.643)
Serviços de terceiros	(28.472.784)	(23.795.793)
Matérias	(7.161.510)	(6.462.885)
Arrendamentos e aluguéis	(5.927.645)	(3.077.809)
Seguros	(2.561.960)	(2.145.517)
Tributos	(998.500)	(1.359.473)
Outros	77.489	-
<b>Total</b>	<b>(133.871.376)</b>	<b>(127.543.579)</b>

(a) O aumento do custo de construção se refere a baixa do estoque de armazenado montante de R\$ 14.868.936, além da aquisição de equipamentos utilizados na linha de transmissão, sem direito a reembolso do órgão regulador.

**21. Despesas gerais e administrativas:**

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de pessoal	(8.831.738)	(8.343.915)
Serviços de terceiros	(3.601.677)	(3.309.765)
Matérias	(39.616)	(39.321)
Arrendamentos e aluguéis	(800.101)	(759.414)
Seguros	(159.401)	(83.905)
Tributos	(405.962)	(150.795)
Depreciação	(1.395.228)	(1.481.624)
Doações	-	256.323
Provisão	(7.420.920)	(3.264.613)
Outros	1.384.112	(854.890)
<b>Total</b>	<b>(21.270.531)</b>	<b>(18.031.919)</b>

**22. Resultado financeiro:**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita financeira</b>	<b>48.024.516</b>	<b>40.058.387</b>
Receita sobre aplicação financeira (a)	49.608.479	39.815.547
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(2.359.870)	(1.953.556)
Outras receitas financeiras	775.907	2.196.397
<b>Total</b>	<b>48.024.516</b>	<b>40.058.387</b>
<b>Despesa financeira</b>	<b>(317.484.455)</b>	<b>(333.521.162)</b>
Juros - debêntures	(84.747.355)	(93.594.813)
Juros - empréstimos	(225.912.735)	(231.830.148)
Custo dívida nacional	(6.056.431)	(6.056.431)
Outras despesas financeiras	(767.934)	(2.039.770)
<b>Total</b>	<b>(317.484.455)</b>	<b>(333.521.162)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(269.459.938)</b>	<b>(293.462.775)</b>

(a) Variação decorrente do efeito combinado do maior caixa e elevação exponencial do CDI.

**23. Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL:**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e contribuição social	614.452.162	515.946.647
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	(49.113.467)	(27.740.271)
Despesa calculada a alíquota de 34%	(192.215.156)	(165.990.168)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva	-	-
Indisponibilidade	(3.105.969)	-
Provisão	(3.264.772)	(1.044.836)
Doações	-	(11.003)
Despesa não dedutível	(5	



## BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

CNPJ: 20.223.016/0001-70



internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão da linha de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e aditivo e discutimos com a diretoria os principais aspectos, dentre eles os componentes variáveis do preço do contrato. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (RAP) nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2024



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5  
**Guilherme Naves Valle**  
Contador - CRC 1MG70614/O-5

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 29/03/2024

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/29/BELMonte1575232129032024.pdf>

Hash: 1711663440a1c7c7342d824812a7c31a29a3163f44